



RELAÇÕES DE GÊNERO E CONSTRUÇÃO DE REDES NO MEIO RURAL: A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES EM GRUPOS NO MUNICÍPIO DE SÃO SEPÉ/RS

GENDER RELATIONS AND NETWORK CONSTRUCTION IN THE RURAL AREA: THE PARTICIPATION OF WOMEN IN GROUPS IN THE MUNICIPALITY OF SÃO SEPÉ / RS

**Adriana Martini Correa Pedroso
Claudia Tirelli**

Resumo

O artigo discute relações de gênero e a construção de redes no meio rural a partir de uma investigação empírica sobre a participação das mulheres nos grupos de mulheres rurais criados pela EMATER/RS, no município de São Sepé-RS. O trabalho analisa como esta participação propicia uma ampliação nas redes de sociabilidade dessas mulheres, de forma a promover alterações nos seus modos de vida, tanto na esfera privada, como nas suas relações com outros moradores da comunidade. Com base nos resultados das entrevistas realizadas com as mulheres que integram o grupo da localidade de Mata Grande, pôde-se perceber os recursos acessados pelas mulheres por intermédio da participação nesses grupos, os quais abarcam desde informações sobre direitos, serviços públicos, uso de novas tecnologias informacionais, até o reforço dos laços de sociabilidade e a ampliação dos vínculos com atores externos aos grupos.

Palavras-chave: Participação. Mulheres rurais. Redes sociais.

Abstract

The article discusses gender relations and the construction of networks in rural areas based on empirical research on the participation of women in rural women's groups created by EMATER / RS, in the municipality of São Sepé-RS. The paper analyzes how this participation provides an extension in the networks of sociability of these women, in order to promote changes in their way of life, both in the private sphere and in their relations with other residents of the community. Based on the results of interviews with the women in the Mata Grande locality, the resources accessed by women through participation in these groups can be understood, ranging from information on rights, public services, use of new Information technologies, to strengthening social bonds and broadening the links with actors external to the groups.

Keywords: Participation. Rural women. Social networks.

1 INTRODUÇÃO

A questão de gênero no meio rural se intensificou no Brasil desde o início dos anos 1980, como resultado do fortalecimento do movimento feminista nacional e internacional, e está ligada ao reconhecimento dos direitos das mulheres nas distintas dimensões de suas vidas, seja familiar ou social, sobretudo porque a mulher rural exerce funções essenciais no contexto do cotidiano rural.

No presente estudo, a questão de gênero refere-se às diferenças socialmente construídas que se traduzem em atributos e oportunidades associadas com o sexo



feminino ou masculino e a forma como se estabelecem as relações sociais entre homens e mulheres. É, portanto, um conceito vinculado a valores sociais, que permite ressaltar as desigualdades vivenciadas pela maioria das mulheres, singularmente no meio rural.

É por isso que se faz necessário compreender como se dão as relações de gênero no meio rural e de que forma repercutem no cotidiano das mulheres, de forma que se ultrapassem as questões biológicas e “[...] as relações de gênero passem a ser aquelas estabelecidas entre os papéis sociais de homens e mulheres” (SILVA; SCHENEIDER, 2010, p. 8).

Percebe-se que, para além das relações familiares, outras conexões formadas pelas mulheres nas comunidades rurais também constituem o que a sociologia conceitua como redes sociais. As redes podem proporcionar a seus membros a ampliação de seus conhecimentos, apoio emocional, companhia, senso de pertencimento a algo maior do que eles, no caso deste estudo, “o grupo de mulheres”.

A base de formação das redes no meio rural se dá pelo contato e pela comunicação entre os membros de determinado grupo que possuem interesses comuns. Associações comunitárias, a exemplo dos grupos de mulheres pesquisados, são espaços de troca de informações que podem proporcionar ações coletivas em benefício da comunidade. As relações estabelecidas transcendem esses espaços e, por isso, ao discutir redes sociais, Dias (2005, p. 30) enfatiza que “o mais importante é a constatação empírica de diferentes formas ou intensidade das relações sociais num campo social, parentesco, amizade, vizinhança”.

Com o intuito de analisar como a participação das mulheres rurais em associações está alterando as relações de sociabilidade das comunidades em que se encontram inseridas, possibilitando a construção de redes, adotou-se uma abordagem de cunho fenomenológico para este estudo. A preocupação nessa abordagem assenta-se em resgatar as percepções dos vários atores sobre aquilo que foi vivido.

O artigo encontra-se estruturado em três seções: na primeira seção, descreve-se um histórico das relações de gênero no meio rural no Estado do Rio Grande do Sul; na segunda seção, discute-se a participação das mulheres rurais e a emergência de redes sócio territoriais; na terceira seção abordam-se os grupos de mulheres rurais do município de São Sepé e, finalmente, na quarta e última seção, expõem-se os



resultados empíricos da pesquisa, demonstrando as novas redes sociais internas e externas.

2 HISTÓRICO DAS RELAÇÕES DE GÊNERO NO MEIO RURAL NO ESTADO DO RS

No Rio Grande do Sul, as reivindicações feministas no meio rural tiveram início entre as décadas de 60 e 70, período em que as forças modernizadoras provocaram a evasão de um grande número de pequenos agricultores e suas famílias do campo, com a venda de pequenas propriedades, dando lugar aos “empresários rurais”, em evidente processo de exclusão (SCHAAF, 2002). Isso provocou o início da organização social dos agricultores enquanto classe, tendo influenciado nos primeiros arranjos de movimentos participativos de mulheres rurais em espaços antes considerados masculinos. Apesar disso,

A ideologia patriarcal que reconhece a supremacia dos homens na sociedade ainda é uma forte marca no meio rural, e o estudo comparativo sobre a estrutura econômica das atividades agropecuárias para o período 1993 a 2006 ainda tem uma forte marca do peso da família patriarcal na construção da sociedade rural. As mulheres trabalham pesado nas roças, hortas e quintais, mas essas tarefas são caracterizadas como complementares e vistas apenas como uma ajuda para a família – os estereótipos que caracterizam o lugar inferior da mulher na sociedade ainda marcam fortemente as mulheres rurais (MELO; SABBATO, 2009, p. 113).

Segundo os resultados do Censo Demográfico (IBGE, 2014), nos últimos 60 anos as mulheres permaneceram compondo boa parte da população rural no Rio Grande do Sul, indicando que elas representam uma parcela significativa dessa população e que contribuem para a reprodução da vida e da produção nas comunidades rurais, sobretudo daquelas baseadas na agricultura familiar.

No entanto, conforme Brumer (2004), estudos que examinaram a divisão do trabalho por sexo na agricultura concluíram que as mulheres ocupam uma posição subordinada e que seu trabalho, mesmo quando igualado ao do homem nas mesmas atividades, é considerado como “ajuda”. Nesse sentido, a autora afirma que

[...] devido às desigualdades de gênero, que atribuem às mulheres (principalmente às mulheres jovens) uma posição subordinada na estrutura familiar, evidenciada na distribuição das atividades nas



esferas de produção e de reprodução, do poder e do acesso à propriedade da terra –, as mulheres têm menores perspectivas profissionais e motivação para permanecer no meio rural do que os homens (BRUMER, 2004, p. 255).

Essas análises indicam que apesar da mulher rural ter conquistado, nas últimas décadas, mais espaços e direitos no que diz respeito à divisão sexual do trabalho, as desigualdades ainda persistem. Muitas tarefas são atribuídas naturalmente aos homens, em detrimento de afazeres que são destinados às mulheres, a exemplo das atividades de cuidado dos filhos e das tarefas domésticas não consideradas como trabalho produtivo. Por isso, as transformações ocorridas nas últimas décadas ainda carecem de maior reconhecimento e visibilidade. É o que se verifica

[...] nas famílias que trabalham em regime de economia familiar, as mulheres são responsáveis pelo trabalho doméstico, também se responsabilizam pela criação de pequenos animais e pela horta, além de participarem ativamente nos trabalhos agrícolas, todavia, suas atividades não são consideradas como trabalho por não terem um retorno econômico. [...], portanto, não fazem parte da composição da renda familiar [...], o que torna invisível o papel da mulher na agricultura familiar (COSTA; NUNES, 2014, p.4).

Diante dessas discussões percebe-se que o tema recorrente é o da invisibilidade do trabalho da mulher. Os estudos de Heredia e Cintrão (2006) já demonstravam que o trabalho da mulher rural era – e ainda permanece nos dias de hoje – visto como “ajuda” e sem reconhecimento, inclusive pelas próprias mulheres que o realizam. Segundo os autores, em 2002,

As mulheres representavam 72% das pessoas ocupadas em atividades de produção voltadas para o consumo, um peso significativo. [...]o que é uma indicação adicional de que o trabalho da mulher nas atividades de consumo (em geral relacionadas ao “quintal”) é visto como uma extensão do trabalho doméstico, reforçando a invisibilidade que cerca a percepção sobre o papel feminino na agricultura familiar. A não auto identificação das mulheres como trabalhadoras na agricultura pode estar também se refletindo no fato das mulheres representarem apenas 33% do total da população ocupada na agricultura, número 15% inferior ao peso das mulheres na população rural (48% em 2002), indicando que uma parcela das mulheres rurais pode não ter se declarado como ocupada na agricultura, provavelmente por não considerar suas atividades como “trabalho” (HEREDIA; CINTRÃO, 2006, p. 5,)



No mesmo sentido, Boni (2006), em seus estudos sobre o trabalho da mulher em agroindústrias rurais, afirma que, mesmo que as mulheres rurais tenham participação em atividades produtivas de grande importância, permanece a falta de reconhecimento. Muitas vezes, esse trabalho é realizado dentro de casa, o que se confunde com os afazeres domésticos da mulher. Além disso, o autor aponta que a renda proveniente dessas atividades é gerida, muitas vezes, pelo “chefe de família”, o que de certa forma perpetua as relações de patriarcado presentes nessas comunidades rurais.

3 MULHERES RURAIS E PROCESSOS PARTICIPATIVOS: A EMERGÊNCIA DAS REDES SÓCIO-TERRITORAIS

A emergência dos processos participativos de mulheres trabalhadoras rurais ganhou destaque no cenário político no final dos anos 1980, durante as discussões da Constituinte, por meio das lutas pela ampliação do direito à seguridade social e à garantia da aposentadoria rural. A partir desse processo, muitas mulheres rurais conquistaram reconhecimento, embora a efetivação desses direitos tenha sido demorada e não tenha alterado imediatamente a relação familiar. De acordo com Faria,

Os movimentos de mulheres são um dos movimentos mais enraizados e contam com maior organicidade e capacidade de mobilização em nosso país. Exemplos disso são as três edições da Marcha das Margaridas (2000, 2003 e 2007), os vários acampamentos e mobilizações do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), das mulheres do MST e tantos outros (FARIA, 2009, p. 13).

Faria (2009, p. 13) reitera a importância da realização dessas amplas mobilizações por parte das mulheres rurais para que sejam elaboradas políticas públicas que atendam às suas demandas e para “construir uma nova correlação de forças na sociedade”.

Os estudos sobre mulheres rurais realizados no Brasil nos anos 2000 (SCHAAF, 2003; BRUMER, 2004; HEREDIA, 2006; FARIA, 2009; SCHNEIDER, 2010) evidenciam sua condição de trabalhadoras não remuneradas, destacando aspectos relacionados à situação de desigualdade nas relações de gênero no meio rural. Tal situação de desigualdade desqualifica a importância da participação da mulher nas



atividades agrícolas e o seu papel na reprodução social das famílias rurais. Segundo Faria,

a trajetória de luta das mulheres no campo no período recente da história brasileira, desde os anos 1980, mostra a força da reivindicação pelo reconhecimento como trabalhadora e como cidadã. Há que se destacar a luta para ser aceita como sindicalizada nos sindicatos dos trabalhadores rurais, a luta pelo acesso à previdência e à licença-maternidade nos anos 1980. Essas questões são centrais para a discussão acerca da divisão sexual do trabalho e da visão de que as mulheres são destinadas apenas ao trabalho reprodutivo (FARIA 2009, p. 24).

Heredia e Cintrão(2006) afirmam que a questão do reconhecimento da profissão de agricultora (e não como doméstica) esteve presente desde a origem dos movimentos de mulheres rurais, visando à quebra da invisibilidade produtiva do trabalho da mulher rural. As autoras salientam também que a análise dos movimentos específicos de mulheres rurais, os quais se multiplicaram a partir dos anos de 1990, com efeitos importantes no processo de visibilização feminina, também influenciou na construção de políticas públicas e na criação de organizações associativas destinadas a minimizar a desigualdade de gênero no meio rural. Destaca-se aqui a importância dos movimentos das mulheres rurais, os quais, muitas vezes, estão ligados a outros movimentos e organizações, como por exemplo, os sindicatos.

Heredia e Cintrão (2006) ressaltam, ainda, que os movimentos de mulheres rurais continuam tendo um papel fundamental na efetivação do acesso das mulheres aos direitos conquistados, incentivando mudanças culturais que possibilitem a percepção das mulheres rurais como atrizes na esfera social e política.

Nesse sentido, a mobilização das mulheres tem possibilitado a participação em redes¹ sócioterritoriais. Por mais simples que sejam as redes de cooperação e suas estruturas a serem estabelecidas nos territórios, elas oportunizam às mulheres rurais

¹ Migueletto (2001, p. 48) define rede como um arranjo organizacional (sistema organizacional) formado por um grupo de atores, que se articulam— ou são articulados por uma autoridade — com a finalidade de realizar objetivos complexos e inalcançáveis de forma isolada. A rede é caracterizada pela condição de autonomia das organizações e pelas relações de interdependência que estabelecem entre si. É um espaço no qual se produz uma visão compartilhada da realidade, se articulam diferentes tipos de recursos e se conduzem ações de forma cooperada. O poder é inexorável, por isso se necessita de uma coordenação orientada ao fortalecimento dos vínculos de confiança e ao impedimento da dominação.



contatos com novos conhecimentos, gerando oportunidades de outras atividades ou negócios.

A mobilização política das mulheres rurais tem surpreendido a sociedade, o Estado e mesmo os próprios movimentos sociais rurais, em função de extrapolarem o que seria socialmente esperado em relação as suas atribuições de gênero. Os movimentos de mulheres rurais não tem se restringido as reivindicações históricas de inclusão das mulheres em políticas públicas, mas avançam na proposição de um modelo de desenvolvimento para o campo que combina questões estratégicas presentes nos movimentos ecologistas/ambientalistas com elementos trazidos historicamente pelo feminismo (SILIPRANDI; CINTRÃO, 2015, p. 582). não consta nas referências finais

Flores (2006, p. 27) ressalta a capacidade de as redes de atores em se mobilizarem dinamicamente nos territórios, cooperando para o desenvolvimento:

Todo o processo de construção social, a partir de uma ampla participação dos atores sociais, com o enfrentamento dos conflitos explícitos ou implícitos, em busca da negociação para a cooperação voltada ao desenvolvimento sustentável, da identidade e do território a ela vinculada, está baseado na capacidade local das redes de atores de se mobilizarem a fim de produzirem um dinamismo inovador (FLORES, 2006, p. 27).

Essas relações em rede fortalecem os grupos, agregando conhecimentos e valores que proporcionam novas oportunidades para as mulheres, tais como convivência com outras mulheres, cursos de treinamento e capacitação, contato direto com consumidores nas feiras e reforço da autoestima com os elogios recebidos dos compradores no que diz respeito ao seu trabalho (MIOR; GUIVANT, 2004).

O estabelecimento de redes no meio rural, com a participação ativa das mulheres, busca, além da sociabilização, a possibilidade de informações sobre cidadania, educação, saúde, direitos sexuais e reprodutivos, organização sindical e educação em geral, proporcionando desenvolvimento rural sustentável. Ou seja, por meio da participação, é possível oportunizar condições para que essas mulheres melhorem seus conhecimentos, o que ao longo do tempo pode contribuir na emancipação para tomada de decisão em diferentes aspectos da vida familiar e social.

Conceber o esforço de auto-organização das mulheres rurais em movimentos e espaços participativos, aqui investigados empiricamente, como, por exemplo, os grupos de mulheres rurais do município de São Sepé-RS, e suas redes – EMATER, Sindicatos, Cooperativas SENAR, Prefeitura Municipal entre outras entidades – propicia que as mulheres criem espaços de sociabilidade, integração, discussão e



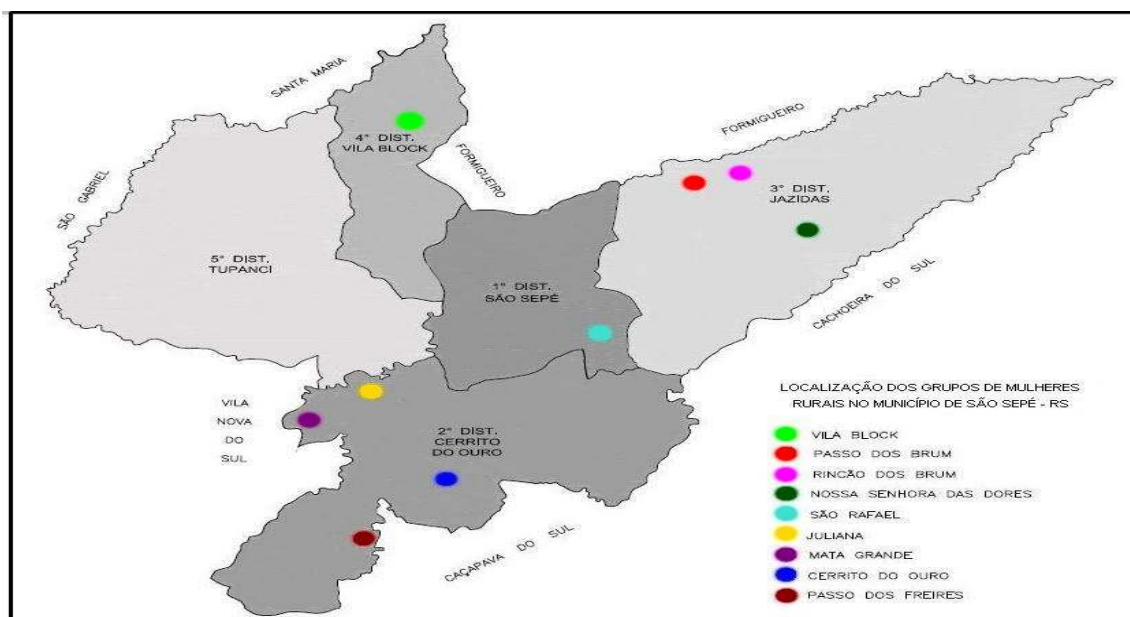
decisão, por meio dos quais as mulheres se fortalecem e começam a produzir seus processos sutis de empoderamento.

4 OS GRUPOS DE MULHERES RURAIS DO MUNICÍPIO DE SÃO SEPÉ

Os grupos de mulheres constituídos no município de São Sepé são formas de associações comunitárias, sendo integrados por mulheres das comunidades rurais que contam com a parceria de outras organizações locais como mediadoras e facilitadoras nos seus processos de mobilização e organização. Da perspectiva da funcionalidade, existem, no município de São Sepé, 9 grupos informais de mulheres constituídos nas comunidades rurais de Vila Block, Cerrito do Ouro, Passo dos Freires, Mata Grande, Juliana, São Rafael, Passo dos Brum, Nossa Senhora das Dores e Rincão dos Brum, reunindo em torno de 200 mulheres rurais, com as quais se desenvolveu a pesquisa. Os encontros se realizam em salões comunitários ou antigas escolas rurais desativadas e cedidas pela administração pública para esse fim.

O município é formado por cinco distritos, onde estão distribuídos os grupos de mulheres rurais pesquisados. Vejamos a figura 2:

Figura 1 – Localização dos grupos de mulheres rurais no município de São Sepé



Fonte: PREFEITURA MUNIICIPAL DE SÃO SEPÉ, 2016.
Elaborado pela autora, 2016.



Os grupos de mulheres rurais, inicialmente organizados pela EMATER/RS, possuem uma diretoria que coordena as reuniões, organizando sua dinâmica. Geralmente, são dirigidos pela presidente, com apoio da extensionista da EMATER/RS. A coordenadora do grupo faz uma exposição dos temas gerais, abre votação para assuntos que dependem de deliberação e coloca a palavra à disposição das mulheres presentes. Se para o dia da reunião havia sido agendado algum curso ou palestra, dão início a essas atividades diretamente. Todas assinam a lista de presença. Em alguns grupos são feitas anotações informais, outros possuem livro de ata. O intervalo para o lanche é um momento de confraternização em todos os grupos que frequentei. Nas reuniões, geralmente são servidos bolos, doces e salgados, chás ou sucos, trazidos pelas próprias participantes, os quais ficam dispostos em uma mesa no espaço próximo ao da reunião. Nesse momento, as mulheres confraternizam entre si, brincam e contam histórias em plena descontração.

O grupo de mulheres existente na localidade de Mata Grande, denominado “Nossa missão é vencer”, possui mais de 30 anos de constituição, sendo referência pela sua organização e pela manutenção das atividades.

Atualmente, esse grupo é composto por aproximadamente 40 mulheres, entre jovens, adultas e idosas, as quais se reúnem todas as primeiras quintas-feiras de cada mês, independente da participação da EMATER ou de outros apoiadores.

Entre as instituições e organizações que possuem relações com os grupos de mulheres estão: a Prefeitura Municipal (através da Secretaria Municipal de Agricultura ou Secretaria Municipal de Saúde), a EMATER, o Sindicato Rural de São Sepé, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e a COTRISEL. Entre essas, a instituição que mais esteve presente na organização e atividades dos grupos foi a EMATER, na condição de entidade local de assistência técnica.

Entretanto, para que a “vida associativa” do grupo se mantenha por tanto tempo, a participação precisa trazer algum resultado para essas mulheres. Daí a necessidade de se investigar empiricamente quais são os recursos sociais acessados por meio da participação nos grupos e de que forma esses recursos repercutem nas relações de sociabilidade das mulheres e das comunidades em que se encontram inseridas.



5 A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES RURAIS NOS GRUPOS E O ESTABELECIMENTO DE NOVAS REDES SOCIAIS INTERNAS E EXTERNAS À COMUNIDADE

Contemporaneamente, as mulheres possuem representatividade em muitos movimentos sociais, mas essa participação não ocorreu de forma espontânea e imediata. Decorreu da necessidade de corrigir desigualdades históricas e instituir processos de mudança, processo ainda em curso. Conforme afirma Piovesan (2011, p. 86), trata-se de uma trajetória em construção:

No amplo horizonte histórico de construção dos direitos das mulheres, jamais se caminhou tanto quanto nas últimas três décadas. Elas compõem o marco divisório no qual se concentram os maiores avanços emancipatórios na luta das mulheres por dignidade, direitos e justiça. No campo dos direitos políticos e dos direitos civis, as inovações legislativas garantidoras da equidade de gênero resultaram fundamentalmente da capacidade de articulação e mobilização do movimento de mulheres.

De modo geral, para o desenvolvimento das atividades, os grupos de mulheres contam com a organização da EMATER/RS que, por meio de suas ações sociais de extensão rural, possui o desafio de desenvolver um trabalho interdisciplinar e integrado como condição para romper muitas resistências construídas ao longo do tempo. Para isso, todo o esforço é para a implementação de uma extensão rural agroecológica, que trabalhe com uma “visão holística e sistêmica, com o enfoque no capital social, na participação, na organização e no ‘empoderamento’ dos cidadãos e das cidadãs” (SITE EMATER/RS, 2016). Assim,

diante deste cenário, a Assistência Técnica e Extensão Rural Social, tem papel importante a cumprir na sua atuação junto às famílias rurais. Na perspectiva da gestão e do planejamento junto às unidades produtivas, a família é um componente estratégico de observação no conjunto dos sistemas de uma unidade de produção agrícola, das diferentes culturas e dos processos históricos que envolvem o rural. Assim, na perspectiva da promoção da igualdade de gêneros, se faz necessário reconhecer e valorizar o papel de cada integrante, especialmente das mulheres, no processo de desenvolvimento da unidade de produção familiar, bem como no âmbito local e regional (SITE EMATER, 2016).



Considerar a experiência da participação das mulheres nos grupos permite verificar a capacidade dessas mulheres atuarem de forma organizada, em favor de objetivos comuns, valorizando diversidades, atores locais e o relacionamento com diferentes institucionalidades, pois

a mulher no desenvolvimento rural tem contribuído pelo seu modo de atuação inovador, desafiador e comprometido. Sua contribuição vai além da produção, transformação diversificada de alimentos saudáveis, geração de emprego e renda, fortalecimento da economia e da cultura local, é agente transformador do meio rural na perspectiva da sustentabilidade (EMATER, 2016).

Essa capacidade de mobilização e organização social dos atores dá origem e mantém em funcionamento uma rede constituída de ações, cooperações e ajuda mútua, realizadas por indivíduos e instituições, em prol da conquista de certos bens públicos, como informação, educação, saúde, entre outros, em busca da valorização das comunidades rurais. é nesse sentido que Haesbaert (2002, p. 132) afirma que a estrutura social em rede atua “como elemento fortalecedor do território”.

A partir da abordagem empírica realizada nesse estudo, é possível compreender de que forma se estabelecem as redes de sociabilidade feminina no meio rural, envolvendo instituições políticas, sindicatos, cooperativas e outras entidades. A percepção das entrevistadas demonstra que as redes se constituem e fortalecem a partir da participação das mulheres.

A entrevistada “F” fala que a convivência no grupo possibilita o acesso a redes de informação e relacionamento. Afirma ainda que:

[...] Tu vem para o grupo e sempre tem alguma coisa nova, trazida pela coordenação pela EMATER ou outra instituição convidada e isso é conhecimento para elas. Às vezes a gente nem sabe daquela notícia que está sendo trazida. É uma tarde para elas, às vezes a gente não tem tempo para nada, mas sabe que naquele dia tem o encontro e que vão diversos assuntos que muitas vezes tu nem viu na TV.(Entrevistada F, Grupo de mulheres da Mata Grande)

A entrevistada “D”, em sua fala, refere as redes que podem ser acessadas pelo grupo de mulheres rurais:

Aprenderam e tem mais participação e também, com a atuação da EMATER, elas aprendem a fazer uma coisa mais sofisticada. Também muitas mulheres



não sabiam a metade dos direitos que tinham, porque a gente tem deveres, mas também tem direitos que a gente precisa conhecer, e no grupo é bem mais fácil de conseguir as coisas do que tu sozinho. Tem também as palestras dos Sindicatos que esclarecem muito. (Entrevistada D, Grupo de mulheres da Mata Grande)

No mesmo sentido, a entrevistada “I” afirma a existência de um bom relacionamento dos grupos com outras entidades.

Sim, com sindicato dos trabalhadores mesmo, organizamos o evento do Dia Internacional da Mulher, para a participação das mulheres rurais, e a COTRISEL sempre nos ajudou. Muitas são associadas ou seus maridos na COTRISEL. Trabalhamos em conjunto para fortalecer, é preciso nos unir para alcançarmos o maior número de mulheres. Antes de ter o grupo de mulheres, era uma dificuldade reunir elas para ir a algum evento, como por exemplo, o Dia Internacional da Mulher. Depois que os grupos foram organizados, tem as lideranças que facilitam e teve uns anos que organizamos cinco ônibus, com mais de duzentas mulheres. (Entrevistada I, Grupo de mulheres da Mata Grande)

Essas redes que possibilitam acesso ao conhecimento e novos aprendizados são muito valorizadas pelas mulheres dos grupos, conforme declarou a entrevistada “J”, do Grupo de mulheres da Mata Grande:

[...], aperfeiçoa muito, vai melhorando e leva para família. É no grupo que se junta (como hoje para fazer a receita). Na semana que vem, tem o curso de derivados de leite. Para mim, que já trabalho com leite, é muito importante, o grupo é que traz isso e faz o curso quem quer, conforme o interesse de cada uma. Esse próximo curso foi pedido pelo grupo para o SENAR (Entrevistada J, Grupo de mulheres da Mata Grande).

Também se confirmou uma forte participação das mulheres pertencentes aos grupos de mulheres rurais em outras entidades, havendo bom envolvimento das famílias em outras associações como, por exemplo, a associação de produtores rurais existente em cada localidade, nas diretorias de igrejas ou capelas, em comissões do STR ou dos núcleos cooperativos da COTRISEL. Essas redes são componentes do capital social, que pode ser construído a partir de uma inter-relação entre o Estado e a sociedade local.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação que embasa esse artigo buscou analisar como a participação das mulheres rurais em associações tem alterado as relações de sociabilidade nas comunidades em que elas se encontram inseridas, possibilitando a formação de redes socioterritoriais.

A participação das mulheres rurais em associações produz repercussões no território, na medida em que provoca mudanças nas relações de trabalho e na convivência familiar, bem como promove o estabelecimento de novas redes sociais internas e externas à comunidade.

Nesse sentido, pôde-se perceber que os grupos de mulheres têm se constituído como espaços importantes de sociabilidade para as mulheres rurais, posto que grande parte delas participa dos grupos há mais de uma década. Percebe-se, por fim, que esse esforço de organização das mulheres em movimentos e espaços participativos – os grupos de mulheres rurais – apoiados pela EMATER, Sindicatos, cooperativas, SENAR e Prefeitura Municipal, entre outras entidades, tem propiciado a intensificação e a ampliação das suas redes de sociabilidade, permitindo que elas alcancem recursos antes inacessíveis (tais como informações, cursos, relações com pessoas de fora da comunidade) e promovam mudanças nas suas condições de vida, tanto na esfera privada como na esfera pública.

REFERENCIAS

BOISIER, Sergio E. *Sociedad civil, participacion, conocimiento y gestion territorial*. Santiago de Chile: ILPES, 1997.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental: parâmetros curriculares nacionais : terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. *Plano Nacional de Políticas para as Mulheres*. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013.

BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 205-227, jan/abr. 2004.

BUTTO; DANTAS [et al] (Orgs.). *Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011.



COSTA, Marli M. Moraes da.; NUNES, Josiane Borghetti Antonelo. Políticas públicas de gênero voltadas à mulher do campo: uma caminhada em busca da cidadania. *Anais... XI Seminário Internacional de Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea*. UNISC, 2014.

DIAS, L. C. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (orgs) *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

EMATER 2016. Rio Grande do Sul – ASCAR. Disponível em: <<http://www.emater.tche.br/>>. Acesso em: out. 2016.

EMATER/RS-ASCAR. *Marco referencial para as ações sociais da Série sustentabilidade e Cidadania*. Porto Alegre, 2002.

FARIA, Nalu. Economia feminista e agenda de luta das mulheres no meio rural. In: BUTTO, Andrea (Org.). *Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres*. Brasília: MDA, 2009.

HEREDIA, Beatriz M. A.; CINTRÃO, Rosângela P. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. In: UNIFEM. *O progresso das mulheres no Brasil*. Brasília: Unifem; Fundação Ford; Cepia, 2006.

IBGE. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico>>. Acesso em: 4 set. 2016.

KLEBA, M. E.; WENDHAUSEN, Á. Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política. *Saúde e Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 733-743. 2009.

LAPOLLI, Édis Mafra; SÁ, Marcelo Alexandre de; GONÇALVES, Eder Borba; BITTARELLO, Kamila. *Redes de Cooperação: Oportunidades para o Desenvolvimento Rural*. 2013. Disponível em: <www.convibra.org.br>. Acesso em: set. 2016.

LUSA, Mailiz Garibotti. Rural: Modos de vida, de Trabalho. In: ROSA, M. C.; FERNANDES, Aline Hellmann (Orgs.). *Dicionário Crítico: Política de Assistência Social no Brasil*. Porto Alegre: UFRGS, 2016.

MIGUELETTO, D. C. R. *Organizações em rede* (Mestrado em Administração Pública). Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

MIOR, L. C.; GUIVANT, J. S. Redes sócio-técnicas: uma nova abordagem para o estudo dos processos de mudança social e desenvolvimento rural. In: GUIVANT, Julia; SCHEIBE, Luiz F.; ASSMANN, Selvino (Orgs.). *Desenvolvimento e conflitos no ambiente rural*. 2004.



MELLO, Hildete Pereira. SABBATO, Alberto Di. Gênero e trabalho rural 1993/2006. In: BUTTO, Andrea (Org.). *Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres*. Brasília: MDA, 2009.

NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo (Orgs.). *Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos*. Niterói: Alternativa, 2013.

PAULILO, Maria Ignez. *Terra à vista... e ao longe*. 2. ed. Florianópolis: UFSC, 1998.

PIOVESAN, Flávia. Direitos Humanos, Civis e Políticos: a conquista da cidadania feminina. In: BARSTED, Leila Linhares; PITANGUY, Jacqueline. *O Progresso das Mulheres no Brasil 2003–2010*. Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEPÉ. Disponível em: <www.saosepe.rs.gov.br>. Acesso em: 4 set. 2016.

PRESVELOU, Clio; ALMEIDA, Francesca Rodrigues; ALMEIDA, Joaquim Anécio (Orgs.). *Mulher, família e desenvolvimento Rural*. Santa Maria: UFSM, 1996.

SCHAAF, Alie Von Der. *Jeito de Mulher Rural: A Busca de Direitos Sociais e da Igualdade no RS*. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2001.

SCHNEIDER, Sérgio. Desenvolvimento rural regional e articulações extra regionais. In: FÓRUM INTERNACIONAL, Fortaleza, 2003. p. 1-21.

SILIPRANDI, Emma. Para Pensar Políticas de Formação para Mulheres Rurais. In: BRACAGIOLI, Neto, O. (Org.). *Sustentabilidade e Cidadania: O Papel da Extensão Rural*. Porto Alegre, EMATER-RS, 1999.

SILIPRANDI, E.; CINTRÃO, R. Mulheres rurais e políticas públicas no Brasil:abrindo espaços para o seu reconhecimento como cidadãs. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Org.). Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. (Série Estudos Rurais).

_____. Desafios para a extensão rural: o social na transição agroecológica. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, v. 3, 2002.

SILVA, C. B. C.; SCHNEIDER, S. Gênero, trabalho rural e pluriatividade. In: SCOTT, P.; CORDEIRO, R.; MENEZES, M. (Orgs.). *Gênero e geração em contextos rurais*. Florianópolis: Mulheres, 2010.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Que territórios, que agricultores, que ruralidades? In: CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa; WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel; Paulo André Niederle (Orgs.). *Participação, território e cidadania: um olhar sobre a política de desenvolvimento territorial no Brasil*. Recife: UFPE, 2014

VIII Seminário Internacional sobre

Desenvolvimento regional

Territórios, redes e
Desenvolvimento Regional:
Perspectivas e Desafios



Programa de Pós-Graduação
**Desenvolvimento
Regional**
mestrado e doutorado



WEITZMAN, R. Mulheres na assistência técnica e extensão rural. In: BUTTO, Andrea; DANTAS, Isolda (Orgs.). *Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural*. Brasília.

ZANINI, M. C. C.; SANTOS, M. O. Colonas italianas no sul do Brasil: estigma e identidade. In: NEVES, D. P.; MEDEIROS, L. S. (Orgs.). *Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos*. 1. ed. Niterói: Alternativa, 2013.